

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2021



Sumário
Relatório da Administração
Relatório dos Auditores Independentes
Balanço Patrimonial
Demonstração do Resultado
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos a V.S.as. às Demonstrações Contábeis do **CCB Brasil S.A. – Crédito Financiamentos e Investimentos** "CCB Brasil Financeira" ou "Companhia" relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, elaboradas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil – BACEN.

Subsidiária do China Construction Bank Corporation ("CCB")

Por meio de seu controlador direto, China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB Brasil"), desde 29 de agosto de 2014 o CCB Brasil Financeira faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Impactos da Pandemia Coronavírus - COVID-19

Considerando a pandemia mundial declarada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, relacionada ao Coronavírus - "COVID-19", que vem afetando e trazendo riscos à saúde pública e os inúmeros impactos na economia brasileira e mundial, o CCB Brasil adotou uma série de medidas, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, buscando minimizar ao máximo os eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus funcionários, familiares e parceiros nas áreas onde atua, bem como a continuidade regular das operações e dos negócios do Banco.

O CCB Brasil Financeira adotou medidas de contingência de forma a manter regularmente as operações, buscando preservar a saúde de seus profissionais, com acessos seguros aos locais de trabalho quando indispensável, em ambiente que preserve o distanciamento entre pessoas, higiene e proteção adequada. A maioria dos colaboradores está trabalhando em regime de home office. O CCB Brasil Financeira manteve seu quadro funcional, não dispensando pessoas em função dessa crise.

Desempenho

No primeiro semestre de 2021, as operações de crédito do CCB Brasil Financeira, que correspondem a 89,5% de seus ativos, atingiram R\$ 309 milhões (R\$ 421 milhões em dezembro de 2020). O recuo da carteira está associado à suspensão das operações de financiamento de veículos e a readequação da política de concessão de créditos consignados. No primeiro semestre de 2021, a carteira de crédito estava substancialmente composta por empréstimo



consignado 95,8%, financiamento de veículos 4,0% e as demais operações creditícias somavam 0,2%.

No primeiro semestre de 2021, o patrimônio líquido do CCB Brasil Financeira atingiu R\$ 49,7 milhões, aumento de 32,1% na comparação com 31 de dezembro de 2020. O lucro do primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 12,1 milhões ante o resultado negativo de R\$ 5,9 milhões no primeiro semestre de 2020.

Divulgação autorizada na Reunião de Diretoria de 26 de agosto de 2021.

A Diretoria

Demonstrações contábeis em 30 de junho de 2021 e relatório do auditor independente







Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.





Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas





conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik Contadora CRC 1SP221490/O-0





Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros		299.094	391.607
Disponibilidades		756	1.469
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	11.600	3.050
Carteira de crédito	6	309.312	421.268
Outros instrumentos financeiros	7	13.807	13.633
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	6.d	(36.381)	(47.813)
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	9	652	1.468
Custo		2.154	4.064
Provisão para redução ao valor recuperável		(1.502)	(2.596)
Investimentos		1.692	1.690
Participações societárias	10	1.690	1.688
Outros investimentos		2	2
Imobilizado		636	983
Custo		4.382	4.381
Depreciação acumulada		(3.746)	(3.398)
Ativo Intangível		15	19
Custo		2.191	2.191
Amortização acumulada		(2.176)	(2.172)
Ativos Fiscais		41.433	53.763
Impostos a compensar		11.423	18.314
Crédito tributário	11.a	30.010	35.449
Outros Ativos	12	2.268	1.992
Total do Ativo		345.790	451.522



Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais) (continuação)

PASSIVO	-	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e não circulante			
Instrumentos Financeiros	_	262.414	375.856
Captações no mercado	13	262.414	375.856
Provisões	14	25.070	24.762
Obrigações Fiscais		2.219	7.866
Impostos correntes		2.219	7.866
Outras Obrigações	16	6.389	5.404
Total do Passivo	-	296.092	413.888
Patrimônio Líquido			
Capital social	17.a	187.676	187.676
Ações em tesouraria	17.b	(443)	(443)
Prejuízos acumulados		(137.535)	(149.599)
Total do Patrimônio Líquido	-	49.698	37.634
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	-	345.790	451.522



Demonstração do Resultado Semestres findos em 30 de junho (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da Intermediação Financeira		39.733	78.825
Operações de crédito	19	39.580	78.400
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	20	153	425
Despesas da Intermediação Financeira		(4.449)	(17.994)
Operações de captação no mercado	21	(4.449)	(17.994)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da perda esperada			
ao risco de crédito		35.284	60.831
(Provisão) Reversão para perda esperada ao risco de crédito	8	(2.314)	6.896
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		32.970	67.727
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(15.336)	(30.839)
Receitas de prestação de serviços e tarifas		25	30
Despesas de pessoal	22	(6.302)	(7.359)
Outras despesas administrativas	23	(9.769)	(11.661)
Outras receitas operacionais	24	6.860	4.510
Outras despesas operacionais	25	(4.100)	(11.174)
Resultado de participações societárias	10	2	(7)
Provisão para passivos contingentes	15.a	(2.052)	(5.178)
Resultado Operacional		17.634	36.888
Outras receitas (despesas) não operacionais		1.894	98
Provisão para imparidade de ativos não financeiros mantidos para venda		(375)	(3.193)
Resultado Não Operacional	26	1.519	(3.095)
Resultado Antes da Tributação		19.153	33.793
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.650)	(3.976)
Impostos diferidos	11	(5.439)	(35.694)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre		12.064	(5.877)
Quantidade de ações (mil) Lucro (Prejuízo) por ação - R\$		116.406 0,10	116.406 (0,05)



Demonstração do Resultado Abrangente Semestres findos em 30 de junho (Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre	12.064	(5.877)
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado Abrangente do Semestre	12.064	(5.877)



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Semestres findos em 30 de junho (Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	187.676	(443)	(165.613)	21.620
Prejuízo líquido do semestre Saldos em 30 de junho de 2020	- 187.676	(443)	(5.877) (171.490)	(5.877) 15.743
Mutações do semestre			(5.877)	(5.877)
Saldos em 01 de janeiro de 2021	187.676	(443)	(149.599)	37.634
Lucro líquido do semestre Saldos em 30 de junho de 2021	- 187.676	(443)	12.064 (137.535)	12.064 49.698
Mutações do semestre	-		12.064	12.064



Demonstração dos Fluxos de Caixa Semestres findos em 30 de junho (*Em milhares de reais*)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota _	30/06/2021	30/06/2020
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre		12.064	(5.877)
Ajustes ao Resultado		8.542	37.191
Provisão (Reversão) para perda esperada ao risco de crédito	8	2.314	(6.896)
Atualização de depósitos judiciais		(105)	(250)
Provisão para passivos contingentes	15.a	2.052	5.178
Outras provisões operacionais	26	375	3.193
Depreciação e amortização	23	352	359
Créditos tributários	11.a	5.439	35.694
Resultado de participações societárias	10	(2)	7
Ganho na venda de ativos disponiveis para venda	26	(1.883)	(94)
Lucro Ajustado	_	20.606	31.314
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		-	(193)
Redução na carteira de crédito		97.902	132.575
(Aumento) em Outros instrumentos financeiros - Ativo		(63.577)	(79.674)
(Redução) em Captação no mercado		(113.442)	(176.792)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.159)	(2.225)
Pagamento de contingências	15.a	(2.596)	(984)
Recebimento de juros		70.122	80.133
(Redução) Aumento em Outras obrigações		(1.652)	7.703
Caixa Líquido Originado (Utilizado) em Atividades Operad	ionais	5.204	(8.143)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		2.633	3.763
Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimentos	-	2.633	3.763
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	_	7.837	(4.380)
Caixa e equivalente de caixa no ínicio do semestre	4	4.519	13.659
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	4	12.356	9.279
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	-	7.837	(4.380)



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CCB Brasil S.A – Crédito, Financiamentos e Investimentos ("CCB Brasil Financeira"), sediado na Avenida Paulista, nº 283 – São Paulo – S.P – Brasil, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("CCB BRASIL"), integrante do grupo China Construction Bank Corporation, sediado na República Popular da China, e tem como atividade preponderante a atuação no mercado financeiro, voltada para o segmento de crédito ao varejo por meio de operações de financiamento de aquisição de bens e serviços, crédito pessoal e crédito consignado em todo o território nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da lei das Sociedades por Ações — Lei nº 6.404/1976 alterada pelas leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, associada às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. A Resolução BCB nº 2/20, revogou a Circular Bacen nº 3.959/19, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa das demonstrações contábeis. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (nota 28).

Destacamos que conforme opção prevista no Artigo 23º da Resolução BACEN nº 02/2020, o CCB Brasil Financeira optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresenta nas notas explicativas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão pela Diretoria em 26 de agosto de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil Financeira.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior 03 meses e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- Títulos para negociação títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e
 frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao
 resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Carteira de crédito e provisão para perda esperada ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Para a apuração da provisão para perda esperada ao risco de crédito, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 6d – Composição da carteira por níveis de risco.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/2008, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.
- Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios: são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O CCB Brasil Financeira não trabalha com essa modalidade.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. São mensurados ao que for menor entre o



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

h) Participação societária

As participações societárias, nas demonstrações contábeis, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

i) Imobilizado

Inclui o valor de móveis, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, calculada basicamente utilizando-se as taxas de depreciação apuradas com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos.

j) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

k) Ativos e obrigações fiscais

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. A partir de julho de 2021, de acordo com a Lei nº 14.183/2021, a contribuição social passará a ser de 20% até 31 de dezembro de 2021. Desta forma, os créditos tributários e passivos fiscais diferidos cuja realização está prevista para o segundo semestre de 2021, foram mensurados considerando a nova alíquota de contribuição social.

I) Instrumentos financeiros registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão
 judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os
 ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil
 Financeira não possui ativos contingentes de êxito provável;
- Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

n) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil Financeira revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	756	1.469
Aplicações no mercado aberto	11.600	3.050
Total	12.356	4.519



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto	11.600	3.050
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	11.600	3.050

6. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Diversificação por tipo de operação

	30/06/2021	31/12/2020
Crédito pessoal consignado	296.242	397.256
Financiamentos de veículos	12.308	23.152
Outros	762	860
Total	309.312	421.268

b) Diversificação por setor de atividade

	30/06/2021	31/12/2020
Setor Privado – Outros serviços	6.438	7.607
Pessoas físicas	302.874	413.661
Total	309.312	421.268

c) Diversificação por prazos

Setor Privado	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Vencidos a partir de 15 dias	5.689	1,84%	7.490	1,78%
Até 03 meses	46.101	14,90%	56.242	13,35%
De 03 meses até 01 ano	109.277	35,33%	134.166	31,85%
Subtotal circulante	161.067	52,07%	197.898	46,98%
Não circulante	148.245	47,93%	223.370	53,02%
Total	309.312	100,00%	421.268	100,00%



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Composição da carteira por níveis de risco

		30/06/2021			31/12/2020	
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
А	228.412	1.142	73,86	313.127	1.566	74,34
В	917	9	0,30	818	8	0,19
С	22.243	667	7,19	45.793	1.373	10,87
D	22.713	2.271	7,34	18.105	1.811	4,30
Е	164	49	0,04	192	58	0,04
F	1.965	983	0,64	304	152	0,07
G	5.461	3.823	1,77	281	197	0,07
Н	27.437	27.437	8,86	42.648	42.648	10,12
Total	309.312	36.381	100,00	421.268	47.813	100,00

^(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

_	30/06/2021	<u> </u>	31/12/2020		
	R\$	%	R\$	%	
Maior devedor (*)	38.585	12,47	53.678	12,74	
10 Maiores devedores	45.585	14,74	61.526	14,60	
100 Maiores devedores	51.446	16,63	67.877	16,11	

^(*) Representado principalmente por operações de cessão de crédito junto ao controlador CCB Brasil Banco Múltiplo.

f) Cessão de crédito

f1) Cessão de crédito interbancário

Em exercícios anteriores aos apresentados foram realizadas operações de cessão de crédito consignado adquiridas do seu controlador, CCB Brasil Banco Múltiplo.

As referidas cessões estão classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" e o valor registrado como direitos por operações vinculadas à cessão é de R\$ 38.564 (Dezembro/2020 — R\$ 53.657). A receita dos direitos por operações vinculadas registrada no primeiro semestre foi de R\$ 4.710 (Junho/2020 de R\$ 9.919) que se encontram na rubrica da Demonstração de Resultado "Resultado de Operações de crédito" (nota 19), decorrentes da apropriação "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/1999, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – ATIVO

	30/06/2021	31/12/2020	
Devedores por depósito em garantia (nota 15)	11.181	11.096	
Valores a receber	2.626	2.537	



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Total	13.807	13.633
Circulante	-	-
Não circulante	13.807	13.633
Total	13.807	13.633

8. PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA AO RISCO DE CRÉDITO

	30/06/2021	30/06/2020
Saldo inicial	47.813	96.519
Constituição (reversão) de provisão para créditos dos períodos	2.314	(6.896)
Subtotal	50.127	89.623
Baixas para prejuízo	(13.746)	(17.907)
Saldo final	36.381	71.716
Circulante	22.215	16.237
Não circulante	14.166	55.479
Total	36.381	71.716
Percentual da provisão sobre carteira de créditos	11,76	11,80
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 19)	(3.967)	(8.837)

Em 30 de junho de 2021 a carteira de contratos renegociados apresentou um saldo de R\$ 141.271 (Dezembro/2020 - R\$ 181.158) e um saldo de provisão para os créditos renegociados de R\$ 9.705 (Dezembro/2020 - R\$ 11.360).

9. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

	30/06/2021	31/12/2020
Veículos e afins	2.154	4.064
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.502)	(2.596)
Total	652	1.468

10. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As principais informações das sociedades controladas diretas são assim demonstradas:



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

		31/12/2020					
Nome da empresa	Número ações/cotas % participaç possuídas		Patrimônio Lucro/(prejuízo) Líquido líquido		Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	1.354.000	98,33%	1.674	12	12	1.646	1.634
CCB Brasil Cobrança Ltda.	110.402.810	96,25%	46	(10)	(10)	44	54
Total				_	2	1.690	1.688

11. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Créditos tributários diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados em Ativos Fiscais não circulante, apresentaram a seguinte movimentação no período:

	31/12/2020	Realizações	Adições	Ajustes (CSLL 5%)	30/06/2021
Imposto de Renda					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	15.852	(3.812)	938	-	12.978
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	649	(290)	17	-	376
Provisão para contingências e outras	4.875	(284)	148	-	4.739
Subtotal	21.376	(4.386)	1.103	-	18.093
Prejuízo fiscal	806	(453)	-	-	353
Total – Crédito Tributário IRPJ	22.182	(4.839)	1.103	-	18.446
Contribuição Social					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito Provisão para redução ao valor recuperável de	9.511	(2.288)	564	432	8.219
ativos não financeiros mantidos para venda	389	(174)	10	7	232
Provisão para contingências e outras	2.925	(171)	89	43	2.886
Subtotal	12.825	(2.633)	663	482	11.337
Base negativa da CSLL acumulada	442	(272)	-	57	227
Total – Crédito Tributário CSLL	13.267	(2.905)	663	539	11.564
Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	35.449	(7.744)	1.766	539	30.010

	31/12/2019	Realizações	Adições	Baixas Res. 3.059/02	30/06/2020
Imposto de Renda					
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	28.296	(15.345)	8.625	-	21.576
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda	255	(42)	739	-	952
Provisão para contingências e outras	3.778	(355)	1.404	-	4.827
Subtotal	32.329	(15.742)	10.768	-	27.355
Prejuízo fiscal	18.995	(1.069)	-	(16.288)	1.638
Total – Crédito Tributário IRPJ	51.324	(16.811)	10.768	(16.288)	28.993



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Contribuição Social

Total – Crédito Tributário IRPJ/CSLL	81.987	(26.951)	17.229	(25.972)	46.293
Total – Crédito Tributário CSLL	30.663	(10.140)	6.461	(9.684)	17.300
Base negativa da CSLL acumulada	11.265	(640)	-	(9.684)	941
Subtotal	19.398	(9.500)	6.461	-	16.359
Provisão para contingências e outras	2.267	(213)	842	-	2.896
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos a venda	153	(26)	444	-	571
Provisão para perda esperada ao risco de crédito	16.978	(9.261)	5.175	-	12.892

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data base 30 de junho de 2021, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Realização dos Créditos Tributários								30/06/2021	31/12/2020			
Ano Projetado	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total	Total
Valor Projetado	4.512	7.866	7.866	4.334	970	637	412	28	28	3.357	30.010	35.449
Valor Presente (*)	4.361	7.101	6.633	3.413	714	438	264	17	16	1.756	24.713	33.382
% Realização	15,0%	26,2%	26,2%	14,4%	3,2%	2,1%	1,4%	0,1%	0,1%	11,3%	100,0%	
(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.												

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o CCB Brasil Financeira apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O CCB Brasil Financeira está em conformidade com a legislação vigente, pois apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social apenas nos exercícios sociais de 2016 e 2019.

Com base em estudo técnico de realização de crédito tributário elaborado no primeiro semestre de 2020, o CCB Brasil Financeira efetuou baixa de crédito tributário oriundo de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 25.972, referentes a parcela não realizável nos próximos 10 anos, apurada naquele período, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

Desta forma, o CCB Brasil Financeira possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 25.972.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

_	30/06/2021		
Apuração	<u>IR</u>	<u>cs</u>	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	19.153	19.153	
Base de cálculo	19.153	19.153	
Adições temporárias	12.545	12.545	
Adições permanentes	13	13	
Exclusões	(25.778)	(25.778)	
Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	5.933	5.933	
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(1.780)	(1.780)	
Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	4.153	4.153	
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	623	623	
Adicional de 10% de IR	404		
Impostos correntes	1.027	623	
Conciliação do resultado	1.027	623	
Impostos correntes	1.027	623	
(=) Provisão IR e CSLL	1.027	623	
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	(1.103)	(1.145)	
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	(57)	
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	4.386	2.633	
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	453	272	
(=) Efeito líquido do crédito tributário	3.736	1.703	
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	4.763	2.326	

	30/06/	30/06/2020	
Apuração	<u>IR</u>	<u>CS</u>	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	33.793	33.793	
Base de cálculo	33.793	33.793	
Adições temporárias	20.053	20.053	
Adições permanentes	33	33	
Exclusões	(39.638)	(39.638)	
Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	14.241	14.241	
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	(4.272)	(4.272)	
Lucro Real e Base de Cálculo do IR e CSLL	9.969	9.969	
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	1.496	1.496	
Adicional de 10% de IR	984	-	
Impostos correntes	2.480	1.496	
Conciliação do resultado	2.480	1.496	
Impostos correntes	2.480	1.496	



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Imposto de Renda e CSLL Diferido	22.332	13.362
(=) Provisão IR e CSLL	24.812	14.858
Constituição de crédito tributário (sobre adições temporárias)	10.767	6.461
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(16.288)	(9.684)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	(15.742)	(9.499)
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(1.069)	(640)
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(22.332)	(13.362)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	2.480	1.496

12. OUTROS ATIVOS

	30/06/2021	31/12/2020
Pagamentos a ressarcir	1.369	1.352
Devedores diversos no país	592	565
Outros	307	75
Total	2.268	1.992
Circulante	899	640
Não circulante	1.369	1.352
Total	2.268	1.992

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO

	30/06/2021				
		De 03 meses a 01 Subtota	Não	_	
	Até 03 meses	ano	Circulante	Circulante	Total
Depósitos interfinanceiros	262.414	_	262,414	-	262.414

	31/12/2020				
		De 03 meses a 01 Subtotal Não			
	Até 03 meses	ano	Circulante	Circulante	Total
Depósitos interfinanceiros	287.569	88.287	375.856	-	375.856

14. PROVISÕES

	30/06/2021	31/12/2020
Provisões para contingências (nota 15)	18.530	19.074
Outras	6.540	5.688
Total	25.070	24.762
Circulante	6.540	2.282



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Não circulante	18.530	22.480
Total	25.070	24.762

15. CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CCB Brasil Financeira e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos classificados como perda provável em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, sendo os mais relevantes.

Processos cíveis

O CCB Brasil Financeira possui processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 9.548 (Dezembro/2020 — R\$ 9.257). As provisões são, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Processos trabalhistas

O CCB Brasil Financeira possui processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 8.982 (Dezembro/2020 – R\$ 9.817). As provisões têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista especifica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	31/12/2020	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	30/06/2021
Cíveis	9.257	1.148	(731)	1.184	(1.310)	9.548
Trabalhistas	9.817	187	(172)	436	(1.286)	8.982
Total	19.074	1.335	(903)	1.620	(2.596)	18.530

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil Financeira depositou em garantia (nota 7 – Outros instrumentos financeiros - Ativo), um total de R\$ 11.181 sendo R\$ 9.754 – processos Cíveis e R\$ 1.427 de processos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 11.096, sendo R\$ 9.418 – processos Cíveis e R\$ 1.678 de processos trabalhistas.

Descrição	31/12/2019	Adição	Reversão	Atualização	Pagamento	30/06/2020
Cíveis	8.399	1.855	(81)	677	(874)	9.976
Trabalhistas	6.624	2.778	(239)	188	(110)	9.241
Total	15.023	4.633	(320)	865	(984)	19.217

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil Financeira depositou em garantia um total de R\$ 2.137 sendo R\$ 423 – processos Cíveis e R\$ 1.714 de processos trabalhistas.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Processos classificados como perda possível

Processos cíveis

O CCB Brasil Financeira possui processos, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 34.729 (Dezembro/2020 – R\$ 23.706). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

Processos trabalhistas

No CCB Brasil Financeira existem processos, que estão classificados como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 3.679 (Dezembro/2020 – R\$ 3.688). As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista especifica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

Compensação Não Homologada - valor envolvido R\$ 730 (Dezembro/2020 — R\$ 720): pleiteia na esfera administrativa com a RFB a homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido.

CSLL / 2015 – valor envolvido R\$ 544 (Dezembro/2020 – R\$ 539): pleiteia na esfera administrativa a desconstituição do débito de CSLL, relativo ao ano de 2015, lançado por auto de infração, fundamentado na falta ou insuficiência de pagamento da CSLL decorrente da majoração da alíquota da CSLL promovida pela aprovação da Medida Provisória nº 675/2015, de 15% para 20%.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2021	31/12/2020
Credores diversos – país	5.973	4.406
Valores a pagar a sociedades ligadas	267	124
Sociais e estatutárias	149	874
Total	6.389	5.404
Circulante	6.389	5.404
Total	6.389	5.404



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro de acionistas do CCB Brasil Financeira é o seguinte:

a) Capital Social

	~
Δ.	ഫ
\neg	しして

<u> </u>	30/06/2021		31/12/2020			
_	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CCB Brasil Financeira	58.202.887	58.202.887	116.405.774	58.202.887	58.202.887	116.405.774
Total de ações	58.202.887	58.202.887	116.405.774	58.202.887	58.202.887	116.405.774
Total em Reais	93.838	93.838	187.676	93.838	93.838	187.676

b) Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2021 corresponde a 166.747 ações ordinárias e 7.624 ações preferenciais, todas sem valor nominal no montante de R\$ 443 (Dezembro/2020 – R\$ 443).

c) Dividendos

Em 30 de dezembro de 2020, a Diretoria referendou em reunião a não distribuição dos dividendos mínimos de 25% e a não constituição da reserva legal, em razão dos prejuízos acumulados, devendo o lucro do primeiro semestre de 2021 ser utilizado para absorção de parte dos prejuízos acumulados de períodos anteriores.

d) Reservas

O prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

18. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de operações do CCB Brasil Financeira com o seu controlador, controladas diretas e pessoal chave da administração, podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
Disponibilidades	755	1.465	-	-
CB Brasil Banco Múltiplo (a)	755	1.464	-	-
CB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	-	1	-	-



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.600	3.050	153	231
CCB Brasil Banco Múltiplo (a)	11.600	3.050	153	231
Operações de Cessão de Crédito – Resolução nº 3.533/2008	38.564	53.657	4.710	9.919
CCB Brasil Banco Múltiplo (a)	38.564	53.657	4.710	9.919
Provisão para Operações de Cessão de Crédito – Resolução nº				
3.533/2008	(5.505)	(2.849)	(2.655)	(1.001)
CCB Brasil Banco Múltiplo (a)	(5.505)	(2.849)	(2.655)	(1.001)
Valores a receber Sociedades Ligadas	2	88	-	-
CCB Brasil Banco Múltiplo (a)	-	6	-	-
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	2	82	-	-
Repasse Cessão de Crédito	150	122	-	-
CCB Brasil Banco Múltiplo (a)	150	122	-	-
Depósitos interfinanceiros	(262.414)	(375.856)	(4.449)	(17.994)
CCB Brasil Banco Múltiplo (a)	(262.414)	(375.856)	(4.449)	(17.994)
Valores a pagar Sociedades Ligadas	(267)	(124)	-	-
CCB Brasil Banco Múltiplo (a)	(197)	(43)	-	-
CCB Brasil Cobrança Ltda. (b)	(70)	(81)	-	-

- (a) Controlador
- (b) Controlada

a) Vencimentos e taxas das operações

	30/06/2021		30/06/2021 31/12/2020		31/12/2020
	Taxa	Vencimento	Taxa	Vencimento	
Compromissadas pré-fixadas (LFT)	4,15%	01/07/2021	1,90%	04/01/2021	
Depósitos interfinanceiros pré-fixadas (CDI)	-	-	4,66%	04/01/2021 a 01/04/2021	
Depósitos interfinanceiros pós-fixadas (CDI)	100%	01/07/2021 a 01/09/2021	-	-	

b) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria executiva e Comitê de Auditoria.

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/2010.

Durante o primeiro semestre de 2021 e o exercício de 2020, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro.

	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração fixa	 55	55



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

b.1) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil Financeira não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

19. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	30/06/2021	30/06/2020
Operações de crédito	30.903	59.644
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 8)	3.967	8.837
Operações de crédito adquiridas (nota 6f)	4.710	9.919
Total	39.580	78.400

20. RESULTADO DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas	153	224
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	7
Resultado de títulos renda fixa		194
Total	153	425

21. DESPESA COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	30/06/2021	30/06/2020
Depósitos interfinanceiros	4.449	17.994

22. DESPESA DE PESSOAL

	30/06/2021	30/06/2020
Salários	3.707	4.211
Encargos Sociais	1.221	1.352
Benefícios	1.289	1.653
Honorários da diretoria	55	55
Outros	30	88
Total	6.302	7.359

23. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de serviços de terceiros	4.983	4.589
Despesas de processamento de dados	1.749	2.149



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Em milhares de reais, exceto quando indicado.

Total	9.769	11.661
Outras despesas	489	649
Despesas de transporte e viagens	4	51
Despesas com seguros	46	249
Despesas de manutenção e conservação	82	142
Despesas de serviços do sistema financeiro	273	346
Despesas de amortização e depreciação	352	359
Despesas com busca e apreensão	470	1.285
Despesas com emolumentos judiciais e cartorários	527	1.173
Despesas de aluguéis e taxas	794	669

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de encargos e despesas	6.529	4.186
Outras rendas operacionais	331	324
Total	6.860	4.510

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas tributárias	1.792	2.596
Despesas com comissões	1.110	5.380
Taxas de processamento	949	1.495
Outras despesas operacionais	249	1.703
Total	4.100	11.174

26. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

_	30/06/2021	30/06/2020
Resultado de alienação de bens Provisão para Imparidade de ativos não financeiros mantidos para	1.883	94
venda	(375)	(3.193)
Outras rendas não operacionais	11	4
Total	1.519	(3.095)

27. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO E CAPITAL

Alinhada às diretrizes relacionadas ao gerenciamento de riscos das Instituições Financeiras e estabelecidas pelo Banco Central, em sua Circular nº. 3.681/2013, o CCB Brasil Financeira segue a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A, que é aplicada em todas as suas empresas.